

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018**

**N.º 1/2018/AM**

**DATA:** Vinte e seis de fevereiro, do ano de dois mil e dezoito;-----

**HORA:** Vinte horas e dez minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

**O PRESIDENTE:** Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Dr. Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Dr.ª Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Sr. Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Sr.ª Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Sr. Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Eng.ª Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Sr. Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Sr. José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Eng.º José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Dr.ª Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Sr. Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Eng.º Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

- Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----

- Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado (PSD);-----

2018.02.26

- Dr.<sup>a</sup> Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Sr. António Santos Sousa em suplência do Professor Doutor Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Sr. Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Sr. Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);-----
- Dr. Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- Sr. António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sr. Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Sr. Manuel Fernandes dos Santos, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

**AUSÊNCIA:** Sr.<sup>a</sup> Ana Maria da Silva (PS) – justificada pela Mesa.-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro,** esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.<sup>a</sup> Maria Catarina Lopes Paiva, Dr.<sup>a</sup> Daniela Sofia Paiva da Silva e Eng.º José Alexandre Coutinho Bastos Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência Dr. José Pedro Vieira de Almeida e Dr. Nelson da Silva Martins.-----

2018.02.26

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** declarou aberta a sessão, dando as boas vindas a todos os presentes e, de imediato, passou a informar que, por motivos ponderosos e inesperados, encontra-se ausente a Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Silva, da bancada do PS, considerando a Mesa a sua falta justificada. Deu ainda conhecimento do pedido de substituição do Prof. Doutor Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz, datado de 23 de fevereiro de 2018 (Registar Entrada n.º 63, de 23.02.2018), tendo sido convocado nos termos da Lei o Sr. António Santos Sousa, que participou nos trabalhos da sessão. Mais informou da comunicação do Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, datada de 26 de fevereiro de 2018 (Registar Entrada n.º 64, de 26.02.2018), pela qual informa que se fará representar na sessão pelo Sr. Manuel Fernandes dos Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia), que após reconhecida a sua identidade e legitimidade, conforme Auto de Posse lavrado, participou nos trabalhos da sessão.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** justificou a data da presente sessão, com o pedido da Área Metropolitana do Porto (AMP), para efeitos de eleição de um membro da Comissão Executiva Metropolitana, conforme ponto 1 da Ordem do Dia, votação que terá de ter lugar pelas 21 horas. -----  
Informou, de seguida, dos convites recebidos para eventos vários, cerimónias e outros eventos de particular significado, em que esteve presente ou se fez representar no período de 22.12.2017 a 26.02.2018.-----

Deu, também, conta da reunião que teve lugar no passado dia 8 de fevereiro, no Posto Territorial da GNR de Vale de Cambra, onde recebeu importantes informações acerca dos índices de criminalidade do Concelho, sua evolução e análise, num trabalho metuculoso, rigoroso e de particular importância, que cumpre relevar e agradecer. -----

**b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE**

**2017:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 21 de dezembro de 2017, por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Manuel Fernandes dos Santos, por não ter participado na mesma.-----

**c) TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ELEMENTOS A INTEGRAR O**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Tomaram posse perante esta Assembleia Municipal os novos membros do Conselho Municipal de Segurança, segundo Auto de Tomada de Posse lavrado, a saber:-----

Por inerência dos cargos que desempenham, e nos termos do preconizado pelas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, respetivamente:-----

- Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;-----

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Arménio Tavares Lige;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Prof. Nelson Fernandes de Almeida;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Martins Pereira;---

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, João Pedro Costa;-----

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rôge, António Luís Martins da Costa;---

2018.02.26

- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel dos Santos Soares;-----
- Sr. Comandante do Destacamento Territorial de Oliveira de Azeméis, Tenente Bruno Rafael Mendes Marques, que se fará acompanhar nas reuniões pelo Sr. Comandante do Posto Territorial da GNR de Vale de Cambra, 2.º Sargento Bruno Ricardo Martins, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 15.º do Regulamento;-----
- Representantes dos organismos de assistência social com intervenção na área do município, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, conjugado com o disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 15 do Regulamento, a saber:-----
  - Representante do Centro Social e Paroquial S. João Batista de Cepelos, Sr. Alberto de Almeida, sendo que nas suas faltas e impedimentos será substituído pelo Sr. Simão Dias de Sousa;-----
- Os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade, indicados pelas respetivas Freguesias, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, conjugado com o disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 15.º do Regulamento:-----
- \* Indicado pela Junta de Freguesia de Arões, Sr. Nuno Filipe Santos Sousa;-----
- \* Indicado pela Junta de Freguesia de Cepelos, Sr. Ricardo Jorge Rodrigues de Almeida;-----
- \* Indicado pela Junta de Freguesia de Junqueira, Sr. Abel Soares Martins;-----
- \* Indicados pela Junta de Freguesia de Macieira de Cambra:-----
  - Sr. José Soares Barbosa;-----
  - Sr. Manuel Carvalho de Amorim Pinho;-----
- \* Indicado pela Junta de Freguesia de Rôge, Sr. José do Nascimento Peres;-----
- \* Indicados pela Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões:-----
  - Sr. Abel de Pinho Soares;-----
  - Sr. Carlos Alberto de Pinho Tavares.-----

2018.02.26

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** desejou a todos que agora tomaram posse um trabalho profícuo, na certeza de que essa produtividade e êxito será, também, o êxito dos Autarcas e do Concelho de Vale de Cambra.-----

**No uso da palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Helena Silva Rodrigues,** após cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção, que a seu pedido se transcreve na íntegra: “O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, criou medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, estabelecendo uma obrigação a todos os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais de proceder à gestão de combustível, ou seja, de proceder à limpeza e manutenção dos espaços, de acordo com as normas constantes no anexo daquele decreto-lei, numa faixa com as seguintes dimensões: -----

a) Largura não inferior a 50 m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais; -----

b) Largura definida no PMDFCI, com o mínimo de 10m e o máximo de 50m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações. É o que está previsto no n.º 2 do artigo 15.º daquele diploma.-----

Efetivamente, no artigo 153.º da Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2018, está previsto um regime excecional a vigorar em 2018 que estabelece o seguinte:-----

a) Durante o ano de 2018, os trabalhos definidos no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, devem decorrer

2018.02.26

até 15 de março, independentemente da existência de Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) aprovado.-----

b) Durante o ano de 2018, as coimas a que se refere, o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, são aumentadas para o dobro.-----

Determina o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho que:-----

“1 - As infrações ao disposto no presente decreto-lei constituem contraordenações puníveis com coima, de € 140 a € 5000, no caso de pessoa singular, e de € 1500 a € 60 000, no caso de pessoas coletivas.”-----

Ora, este regime excecional criado pelo Orçamento de Estado para 2018 aumenta, em 2018, as coimas aplicáveis que passam a ser de €280 a €10 000 para pessoas singulares e de €3000 a €120 000 para pessoas coletivas.-----

Há, portanto, novas obrigações das Câmaras Municipais para o cumprimento destas regras que passam a ter um papel muito mais ativo e célere para o cumprimento dos deveres inerentes ao cumprimento do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.-----

Segundo Miguel Freitas, Secretário Estado Florestas, numa entrevista recente à SIC Notícias, em termos de áreas com maior risco de incêndios, Portugal tem 1049 freguesias; 149 concelhos; e 640 aldeias em risco.-----

Muito se fala na impossibilidade de se cumprir o que determina esta lei. Os autarcas, de Norte a Sul do País estão inconformados quanto ao prazo estabelecido, com as multas que lhes serão imputadas em caso de incumprimento, com a cativação de 20% do orçamento do FEF (aplicado já a partir de junho), com a responsabilização pessoal, civil e criminal do Executivo no caso de futuros incêndios que afetem vidas e bens materiais, e com a falta de

2018.02.26

meios (muita procura e pouca oferta) – ainda que se apliquem medidas excepcionais de contratação pública por ajuste direto. -----

Para o efeito, e havendo a noção da falta de recursos humanos nas Câmaras Municipais, para este desafio, o Governo anunciou uma linha de crédito aos Municípios, com um teto máximo de 50 milhões, para os 308 municípios, com juros. Acresce o cenário de que poderá não haver empresas capazes de responder às necessidades dos proprietários e das autarquias para a gestão dos combustíveis, com uma anunciada subida de preços.-----

Inclusive, a ANMP já tomou uma posição de oposição a estas medidas do governo – referindo, inclusive, não ter sido consultada sobre esta lei -, dado que, segundo esta associação, chega ao ponto de liberar as seguradoras em situações futuras, com imputação de responsabilidades aos Municípios, ditos incumpridores, por possíveis danos.-----

O certo é que a 1 de junho começa a época de fogos e o tempo escasseia.-----

A tragédia que nos meses de junho e outubro de 2017, assolou o nosso País obriga-nos a parar para refletir sobre a forma displicente como tratamos, há demasiado tempo, a floresta portuguesa. É tempo de se ouvir quem pode contribuir com algo de novo para enriquecer o debate sobre o futuro da floresta.---

Todos os intervenientes, diretos e indiretos, a nível nacional, regional e local, não se devem furtar a uma intervenção firme e clara e devem ser um parceiro privilegiado nesta discussão. -----

A floresta é um produto turístico fundamental em Portugal e, em particular, em Vale de Cambra. Cada vez mais visitantes acorrem a esta região, pelo apelo do turismo ativo. Vêm para se sentirem em comunhão com a natureza, para exercitarem o corpo e o espírito, através de caminhadas, de *trekking*, de passeios



2018.02.26

de *BTT*, de descidas de rios. Tudo isto acontece no seio das florestas. Não os podemos defraudar. -----

Mas a floresta é também, desde sempre, um dos pilares do turismo cinegético, o qual, se houver mais diversidade arbórea, é um nicho com potencial de crescimento. Igualmente importante, é componente essencial do turismo gastronómico, desde os cogumelos aos frutos silvestres, passando pelo mel e pelas aguardentes. Também por este motivo, urge incentivar a plantação de árvores autóctones, que garantem estas fileiras gastronómicas ao mesmo tempo que constituem uma barreira natural contra os fogos. Está demonstrada, por exemplo, a resistência do medronheiro aos incêndios.-----

É importante que o País reflita sobre alguns indicadores preocupantes. A floresta portuguesa, outrora deslumbrante pela sua riqueza e diversidade, tornou-se reduto de duas espécies – eucalipto e pinheiro. E está a diminuir. Entre 1990 e 2015, segundo estatísticas da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, Portugal foi o país europeu que destruiu mais floresta. Em 1990, tínhamos 3,3 milhões de hectares, contra apenas 3,1 milhões em 2015. Estamos a desprezar um ativo fundamental, que todos os países europeus se preocupam em fazer crescer. Os únicos onde esse crescimento é negativo são Portugal e Sérvia.-----

A vida das populações depende da floresta em todos os setores. Exige-se um trabalho sério e definitivo. Deve ouvir-se o interesse legítimo dos locais. Já há bons exemplos. Em Ferraria de São João, pequena aldeia no Concelho de Penela, a população organizou-se em plenário popular e acordou substituir ela própria as espécies mais combustíveis por outras mais resistentes ao fogo. É um caminho a seguir. -----

2018.02.26

Nas últimas décadas, Portugal foi tomado de assalto por uma espécie que não é autóctone. Pelo contrário, vem dos antípodas. Entre 1995 e 2010, o eucalipto passou de terceiro lugar para primeiro nas espécies de árvores que mais área ocupam no nosso País. É certo que a floresta é uma fileira de capital importância para a atividade económica e que constitui uma fonte de riqueza para as comunidades. Uma discussão séria não pode, por isso, partir da diabolização do eucalipto. Há lugar para o eucalipto nas nossas florestas. Mas a sua presença tem forçosamente de ser ordenada de forma efetiva e em zonas onde faça sentido. -----

É absolutamente essencial agitar as consciências, para que imagens como as assistimos no ano passado fiquem na memória como um ponto de viragem – aquele momento em que se percebeu que o coração do nosso país não pode ser reduzido a lenha para arder. É preciso ouvir os especialistas e determinar as espécies a arborizar, de forma a que a floresta seja uma fonte de diversidade, de vida e de atração turística – e não de cinzas. Um assunto que diz diretamente respeito às gentes locais não deve, não pode ser decidido apenas por quem se senta nos gabinetes de Lisboa. É demasiado importante.-----

Todo o Concelho de Vale de Cambra é área muito sensível do ponto de vista de risco de incêndio, sendo a área florestal o tipo de área dominante no Concelho – 60%. A natureza das espécies florestais é muito vulnerável ao fogo e a vegetação arbustiva e sub-arbustiva apresenta também um grau elevado de inflamabilidade. A área sujeita a regime florestal situa-se na zona Nordeste do Concelho, correspondente ao maciço da Serra da Freita, encontrando-se ainda aí uma grande mancha quase nua, com aptidão silvo-pastoril. A parte Oriental do Concelho é caracterizada por grandes manchas florestais.-----

2018.02.26

O Concelho de Vale de Cambra é caracterizado pela presença de uma estrutura fundiária de minifúndio (95.6% das explorações têm menos de 5 ha) e pelo elevado parcelamento das explorações (uma média de 0,7 ha por exploração).-----

No entanto, a ocupação do Concelho com área agrícola é ainda bastante significativa (32,1%), ocupando-se nesta 53,5% do total de famílias do Concelho (60,6% do agregado familiar trabalha apenas a tempo parcial).-----

Ainda que consideremos que a questão da limpeza, ordenamento e organização da Floresta, seja prioritária, e da importância destas medidas (com peso, medida e razoabilidade), sugerimos a este Executivo, que equacione outras, e planeie e veja “mais além”, encare a questão a um nível mais transversal, capaz de preparar o território num médio e longo prazo. -----

A este nível, acreditamos que o turismo pode ser um forte aliado, em particular, no que respeita ao contrariar a desertificação e o despovoamento que se verifica nas zonas rurais do nosso Concelho, e que todos reconhecemos.-----

Em cada destino é importante identificar problemas, serviços deficitários, recursos pouco utilizados e oportunidades por explorar. É importante envolver, estudar as perceções das populações sobre a importância e impactos do turismo no território, criar novos processos de aproximação de cada comunidade ao respetivo património, reforçando com isso o seu conhecimento, a sua vivência e orgulho.-----

Atualmente, existem em Portugal alguns bons exemplos de sustentabilidade, nomeadamente, o Geopark Naturtejo (reconhecido pela UNESCO e a que foi atribuída a Carta Europeia de Turismo Sustentável Terras do Lince), ou o Projeto das “Montanhas Mágicas” (território que também tem uma Carta Europeia de Turismo Sustentável), e que integra o Concelho de Vale de Cambra.-----

2018.02.26

Mas há outros projetos, por todo o País, que têm assumido uma ação estruturante a este nível. Nomeadamente, o das Aldeias Históricas de Portugal. Este é um projeto que assume como um dos seus principais objetivos o desenvolvimento sustentável (económico, ambiental, social e cultural), capaz de respeitar o ecossistema das aldeias. A sua principal missão é afirmar a Rede de Aldeias Históricas de Portugal como território sustentável e inovador assente no conceito de Crescimento Verde, reconhecido como um destino turístico de excelência e sustentado por recursos inimitáveis, com capacidade para potenciar o desenvolvimento local integrado.-----

O mesmo quando se fala do Projeto das Aldeias do Xisto, que envolve 27 aldeias distribuídas num território de enorme beleza e com a capacidade de oferecer experiências únicas. -----

Também o projeto das “Aldeias de Montanha” pretende construir a marca Aldeias de Montanha na mente dos segmentos-alvo (nichos), posicionando-a num território da autenticidade e da genuinidade. Mas acima de tudo, captar a essência Aldeias de Montanha – através de um público que se liga ao destino por afinidade e pelo apelo emocional dos valores que lhe são intrínsecos. -----

Estes são apenas alguns exemplos, de como se poderia, por um lado:-----

- Promover o destino com projetos diferenciadores e ímpares de sustentabilidade;
- Reforçar o turismo no nosso Concelho;-----
- Promover a melhoria da qualidade de vidas das pessoas que vivem no interior do concelho;-----
- Promover a marca “Vale de Cambra”, dentro e fora de fronteiras.-----
- Criar condições para a criação de microeconomias, de fixação de pessoas no interior, e diminuir os efeitos do despovoamento.-----

2018.02.26

**Atribuição de Bolsas de Estudo 2017/2018:-----**

Sobre este ponto, a bancada do PPD/PSD solicita esclarecimento dos pressupostos legais e administrativos, para atribuição de bolsas, atendendo a dois principais considerandos:-----

1.º O regulamento para “Atribuição de Bolsas Estudo 2017/2018” apenas foi aprovado na Assembleia Municipal de 21 dezembro de 2017, inclusive com os votos favoráveis da bancada PPD/PSD – pelo carácter meritório do projeto;-----

2.º O período de candidaturas de acesso às respetivas bolsas de estudo 2017/2018 terá decorrido de 20 de setembro a 11 de outubro;-----

Parece-nos uma questão que contraria os princípios da transparência e da equidade, entre muitos outros.-----

Pelo exposto, solicita a bancada do PPD/PSD que sejam aferidas as questões legais, passíveis de esclarecer e regularizar todo este procedimento, assentando sempre em dois princípios: no não prejuízo dos alunos a quem já se atribuiu a bolsa - e que de forma alguma devem ser defraudados, por putativos erros processuais; e no estabelecimento da justiça junto de outros alunos que talvez pudessem ter concorrido caso se tivessem cumprido os prazos legais da candidatura, previstos no regulamento aprovado a 21 de dezembro 2017.”-----

**De seguida, interveio o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida**

que, após cumprimentar os presentes, salientou, quanto à economia do Concelho, o facto de, na semana passada, o Senhor Ministro da Economia ter distinguido onze empresas (8 empresas industriais; 2 empresas de transportes e 1 empresa comercial) do Concelho de Vale de Cambra, com o galardão de “PME Excelência”, que é concedido a pequenas e médias empresas que se distinguem ao longo do ano pela sua qualidade e capacidade financeira, pela sua rentabilidade e pela sua capacidade exportadora. Acrescentou ser uma honra

2018.02.26

estar-se num Concelho onde a sua malha industrial é assim distinguida, até porque as pequenas e médias empresas têm também evidenciado um contributo decisivo para a sua economia. Felicitou os empresários distinguidos, todos os trabalhadores dessas empresas e, no geral, todo o empresariado do Concelho.----

Relativamente ao ensino, tendo sido publicado o *Ranking* das Escolas do País, salientou que, mais uma vez, o Agrupamento de Escolas do Búzio ficou posicionado num honroso e distinto lugar. No que se refere ao Ranking alternativo, do sucesso, que mede a percentagem dos percursos diretos da escola relativamente ao percurso direto de sucesso das restantes escolas do País, informou que o Agrupamento conseguiu o 54.º lugar a nível nacional, lugar de grande distinção, sendo, no Distrito de Aveiro a 3.ª melhor escola pública e a 5.ª melhor escola, entre públicas e privadas. O ensino do Concelho continua a ser de qualidade e a preparar os jovens para carreiras profissionais de excelência.-----

Ao abrigo da competência fiscalizadora desta Assembleia Municipal, sinalizou a importância da Câmara Municipal em implementar medidas que assegurem o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado em 2016, e que entra em vigor em 25 de maio deste ano. Em particular, todos os organismos públicos serão obrigados a cumprir com esta regulamentação de proteção dos dados pessoais. Esta Câmara, como muitas outras, lidam com muitos dados pessoais, desde os inerentes aos seus Recursos Humanos até aos dos seus consumidores, bem como ainda com dados considerados sensíveis – o caso dos dados das crianças. Rapidamente, se impõe a aplicação de medidas de proteção destes dados e da sua divulgação, até porque as coimas previstas para o incumprimento podem chegar aos 20 milhões de euros.-----

**Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga** referindo, após cumprimentar os presentes, que na última sessão da Assembleia (21 dezembro 2017) colocou uma

2018.02.26

questão ao Sr. Presidente da Câmara sobre o processo 1092/06.4BEVIS, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, querendo saber se o mesmo já tem a resposta.-----

Tendo lido, recentemente, no “Jornal I” que o Porto Canal estaria a ser financiado por Câmaras Municipais do Norte do País, perguntou se a Câmara tem algum contrato de qualquer natureza com o mesmo, e se sim, se se sente confortável com a situação. Em caso afirmativo, referiu querer também saber a opinião dos Vereadores Dr. Pedro Almeida e Dr. Nelson Martins.-----

Por fim, perguntou se este ano se vão realizar as Jornadas de Empreendedorismo e emprego “Aqui há futuro”, que têm vindo a ser promovidas pelas Câmaras de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis.-----

**No uso da palavra o Sr. António Santos Sousa**, após cumprimentar os presentes, perguntou se os lugares de Póvoas, Furna, Valgalhardo, Santo Aleixo, Malhundes, Lourosa e outros, serão beneficiados no investimento anunciado de 4,3milhões de euros em água e saneamento (cofinanciado em 3 milhões pelo Portugal 2020). -----

De seguida, referiu o perigo para a segurança dos transeuntes da Estrada Luíz Bernardo de Almeida, que liga Macieira de Cambra à EN 224/ Pena, designadamente na Ponte das Cavadas que tem o gradil separado da parede.-----

Perguntou para quando se prevê a requalificação da estrada para Porto Novo. ----

No âmbito do turismo, sugeriu a reconstrução dos moinhos existentes ao longo do Rio Viques. -----

Alertou que no lugar do Fôjo alguém barrou o caminho centenário que liga os lugares de Malhundes à Furna. Perguntou se se vai continuar a permitir que tal situação se mantenha.-----

2018.02.26

Referiu que as questões que agora colocou já as havia colocado quando fez parte da Assembleia Municipal juntamente com pessoas que estão agora à frente do destino de Vale de Cambra, que anteriormente as aplaudiam e que agora não se lembram destas necessidades. -----

Por fim, perguntou para quando se prevê a limpeza dos caminhos públicos, dado que estão quase na época de incêndios e, que em alguns caminhos mal se consegue passar. -----

**Intervenção de seguida a Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado** que, após cumprimentar os presentes, alertou para os problemas ambientais, que a sua bancada (PSD) considera de enorme preocupação para todos, pois determinam o aparecimento de problemas de saúde pública. Pelo que, perguntou pelo funcionamento da Unidade de Tratamento de Resíduos de Construção e Demolição, denominado RCD, sito na Serra do Pereiro, ocupando cerca de 30.000m<sup>2</sup> do antigo aterro municipal e que serve os Concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra. Pergunta, portanto, como está a funcionar esta estrutura, quantidade de resíduos recebidos, expelidos ou reciclados, bem como o seu enquadramento legal, de que forma a Autarquia controla esta estrutura, se há ou não conformidades, e por último o seu horário de funcionamento.-----

No que se refere às Freguesias que não têm acesso à rede pública de abastecimento de água, perguntou como é que a Câmara Municipal prevê colmatar essa falha, atendendo a que a água dos fontanários não é devidamente tratada e analisada. -----

**No uso da palavra o Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra**, após cumprimentar os presentes, transmitiu que a Junta de Freguesia a que preside congratula-se com a obra de recuperação da Escola



2018.02.26

da Praça, obra magnífica. Solicitando, de seguida, a requalificação do centro de Macieira de Cambra, dado que a estrada está muito danificada. -----

No que refere aos pedidos do Sr. António Sousa, informou que foi efetuada a gestão de combustível, no caminho que liga Malhundes à Furna, numa faixa de 10m, pela Junta de Freguesia, na parte de baldio, nessa mesma semana. -----

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que está efetuado o levantamento da Estrada Macieira de Cambra-Porto Novo, que notícias podem dar à população quanto às obras de melhoramento da mesma.-----

Relativamente ao saneamento na Freguesia, e uma vez que a Noraqua efetuou o levantamento nos lugares de Lourosa e Malhundes, perguntou para quando se prevê a necessária construção da rede. Referindo-se ao lugar das Relvas, concretamente à Rua do Emigrante, onde há um problema com o saneamento a céu aberto, que afeta cerca de doze a treze moradores, situação já verificada no local pelo próprio Presidente da Câmara, perguntou para quando se prevê a sua execução, atendendo a que há já cedência dos terrenos por parte dos particulares. -----

**Pelas 21horas, foi o Período de Antes da Ordem do Dia interrompido, para dar lugar à Eleição de novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto (Ponto 1, da Ordem do Dia) realizada em simultâneo em todas as Assembleias Municipais que integram a Área Metropolitana do Porto.-----**

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**1. ELEIÇÃO DE NOVO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO – A TER LUGAR PELAS 21H00 (a votação está reservada aos 21 membros eleitos diretamente – não participando os Presidentes de Junta, nos termos do disposto no artigo 74, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro): O Senhor Presidente da Assembleia**

2018.02.26

**Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, apresentou o assunto em título, agendado na sequência do ofício ref.<sup>a</sup> S54-2018 01-DAG-CM/APA, de 30 de janeiro, da Área Metropolitana do Porto / Conselho Metropolitano (entrada n.º 33, de 05.02.2018), para dar cumprimento ao processo eleitoral previsto no artigo 74.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação do candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana, Dr. Luís Miguel Marques Neves. Para os efeitos, a AMP remeteu ainda os seguintes documentos: deliberação sobre a decisão do dia e hora da eleição, a deliberação de aprovação do candidato e seu currículo.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, após cumprimentar os presentes, esclareceu que aquando da constituição da Comissão Executiva Metropolitana foi criada uma expectativa em cinco elementos que se veio a gorar face à efetivação de apenas três elementos em regime de exclusividade e dois sem remuneração, tendo um deles renunciado ao cargo. Acrescentou não conhecer o candidato pessoalmente, mas que se trata de um quadro superior da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.-----

Verificada a existência de quórum por estarem presentes vinte membros, dos vinte-e-um membros eleitos diretamente para esta Assembleia Municipal, e concretizada a votação por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 74, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro), a Assembleia Municipal aprovou a proposta de novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto (Sr. Dr. Luís Miguel Marques Neves), por dezasseis votos a favor, um voto contra e três votos em branco.-----

**Concluído este ponto, pelas 21h10m, deu-se seguimento à ordem de trabalhos**, retomando-se o Período de Antes da Ordem do Dia, pelo que o Sr.

2018.02.26

Presidente da Assembleia Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva concedeu a palavra aos membros.-----

**No uso da palavra o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, após cumprimentar os presentes, agradeceu a atenção manifestada enquanto passou por um problema de saúde em dezembro. -----

De seguida, apresentou o seguinte requerimento à Mesa, que a seu pedido se transcreve: “No mandato anterior o Membro da Assembleia Municipal de Vale de Cambra eleito pelo PPD/PSD, Carlos Alberto Sousa Matos solicitou, cito "...ao abrigo do CPA, que no prazo de dez dias me informe quais os procedimentos que a Câmara Municipal, por ajuste direto de empreitada de obras públicas, foram realizadas nos anos de 2016 e 2017, bem como aqueles que se encontrem a decorrer, especificando o objeto dos mesmos bem como a empresa a quem foi adjudicada obra.-----

Mais solicito que me informe quais as requisições que foram realizadas para o fornecimento de betuminoso a quente, especificando os montantes envolvidos e os respetivos fornecedores, bem como quais foram as obras objeto desses fornecimentos. ”.-----

Anexamos cópia do supra citado requerimento e termos em que foi apresentado ao então Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para boa resposta a dar por escrito a este nosso requerimento.-----

Nos termos da Lei e do CPA, invocamos entre outros, o Artigo 3.º, ponto 2, alínea a) e o Artigo 6.º ponto 1, alínea k), ambos do Regimento que à data supra mencionada referida na entrega deste requerimento estão em vigor.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PPD/PSD presentes nesta Assembleia.”-----

2018.02.26

**Após o que, proferiu intervenção relativa ao ciclo da água,** que também se transcreve a seu pedido:-----

“Ciclo da água/investimentos-----

Nas suas fases principais, desde a captação da água, passando pelo tratamento (para consumo humano), adução, armazenagem e distribuição, há diversos fatores de risco para a saúde pública a ter em conta.-----

Poderíamos também falar de efluentes / o mesmo que drenagem de águas residuais e tratamento de efluentes.-----

Nesta fase vamos falar do ciclo da água para consumo humano até ao ponto do consumo.-----

Poderemos concluir que o que se passa desde a barragem Duarte Pacheco até ao “Açude do Moreira” poderá ser considerado um caso muito grave de saúde pública.-----

O manto de captação e a zona de tratamento da água devem merecer a melhor atenção da governação CDS da Câmara Municipal de Vale de Cambra.-----

A pré-cloragem está cada vez mais em desuso relativamente ao tratamento de águas superficiais para produção de água para consumo humano, dado que o contacto do cloro com matéria orgânica desenvolve um composto tóxico designado “trihalometano”.-----

Concluindo, há necessidade de investir no controlo da qualidade da água para consumo humano e na redução das perdas de água potável.-----

Calcula-se acima de 30% (trinta por cento) em perdas de água potável em roturas e consumos não cobrados Vale de Cambra tem necessidade de investimentos significativos não contemplados orçamentalmente neste espaço agora abordado do ciclo da água. Temos a noção da dimensão da obra e dos seus custos. À

2018.02.26

governação Camarária do CDS impõem-se planos estratégicos futuros também nesta área.-----

Voltamos a repetir: é um caso de saúde pública.-----

Mais, poderíamos também nesta área abordar as novas redes do ciclo da água e especificações técnicas, falando sobre telemetria na área dos contadores de água e ramais de distribuição. Há Câmaras que já falam em poupanças na ordem das centenas de milhares de euros.-----

Nós recomendamos que as verbas futuras a afetar orçamentalmente a esta área (ciclo da água para consumo humano) sejam reforçadas por forma a garantir a regeneração urbana e a “maximização dos mecanismos de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade”.-----

Gostaríamos de acompanhar esta nossa preocupação através da informação escrita regular que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra faz à Assembleia Municipal de Vale de Cambra, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** em relação ao requerimento pretérito apresentado no anterior mandato, referiu não ter conhecimento, mas que será dado o devido seguimento e se fará chegar a resposta à bancada do PSD que agora levantou a questão, dado que quem a colocou inicialmente não integra esta Assembleia.-----

**Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga,** na sequência da intervenção anterior sobre a água, referindo que este é um assunto importantíssimo, lembrando o pedido de esclarecimento que fez ao Sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia, relativa ao processo 1092/06.4BEVIS que decorre no tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, acrescentando que o mesmo está relacionado com a questão da Barragem e o Açude Moreira, e a interesses políticos e

2018.02.26

económicos de algumas pessoas deste Concelho. Disse que, quando se está numa bancada ou noutra, as suas posições devem ser sempre a favor do Concelho e do bem comum, e não a favor de interesses político-partidários instantâneos. Relembrou as palavras da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Rodrigues em anterior sessão, saudando a sua disposição em colaborar. Mas, o que deve ser hoje, também deveria ter sido no passado, acrescentando que espera que seja também para o futuro.-----

No que se refere às palavras proferidas pelo Sr. António Sousa, quis lembrar que ele também votou a favor do pior negócio de sempre da história de Vale de Cambra - “o buraco da VCP”.-----

**No uso da palavra o Sr. Albino Luís Soares de Almeida**, após cumprimentar os presentes, quis alertar para algumas situações que podem constituir risco na via pública, referindo-se concretamente à avenida principal da Zona Industrial de Lordelo/Codal, na qual se verifica vários deslizamentos de terras e que trouxeram em muralhas, pedras do tamanho de uma ou duas toneladas, que estão junto à estrada. Com a chuva e condições meteorológicas imprevisíveis poderá ficar ainda pior. Solicitou a devida atenção a esta situação, que se verifica já há algum tempo, por forma a evitar acidentes futuros. Ainda sobre esta zona industrial, referiu que as barreiras por detrás das empresas também estão em derrocada, pois as linhas de água desapareceram e as águas que deveriam ser desviadas nessa zona, estão a escorrer pelos deslizamentos.-----

De seguida, referenciou a estrada para Porto-Novo, dizendo que espera que o projeto esteja a ser feito. Deixou ainda uma proposta de melhoramento/restauro da estrada Viadal - Passo de Mato, que se encontra bastante degradada. Para os turistas que procuram conhecer Vale de Cambra, passando ali uma vez não

2018.02.26

voltam mais certamente, não atento à paisagem mas sim às condições dos acessos. Já nem menciona a população e as suas reclamações sobre o mesmo.--

Citou, ainda, a degradação da Estrada da Cooperativa Agrícola, logo após a Calçada da Escalreira, devido às árvores que estão a invadir a mesma e que até fizeram desaparecer parte dos muros que ladeiam os passeios. Aquela estrada merece também um restauro.-----

Relativamente ao Lanço de Estrada que liga o Parque da Senhora da Saúde à EN 328, apontou o impacto negativo da sua abertura, o facto da população estar indignada e as festas da Senhora da Saúde, ex-líbris do Concelho, como razões para uma intervenção no local, por forma a tornar o mesmo mais aprazível. -----

Por fim, fez referência ao XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que será o evento que junta as diferentes forças políticas no mesmo objetivo. Tendo participado no mesmo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, solicitou um *feedback* desta participação, designadamente ao nível da aplicação neste Concelho de algumas das resoluções tomadas naquele Congressp. Saliou que a Resolução do XXII Congresso da ANMP aponta alguns aspetos importantes, tal como o discurso proferido por Isilda Gomes, Vice-Presidente do Conselho Diretivo, referenciou a saber, a necessidade de alcançar dois resultados: conseguir que os serviços prestados à população sejam universais em todo o território e melhores do que têm sido prestados e, que as autarquias têm de reforçar meios para exercer a sua vocação e atrair investimentos que possibilitem a invocação, inovação de ajudar e criar empresas que sejam competitivas no mercado global. Referenciou aquela, por fim, o forte empenhamento dos Municípios no desenvolvimento de políticas

2018.02.26

que corrijam as assimetrias, valorizem os recursos e promovam a coesão social e territorial, reforçando a identidade nacional.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva,**

no que se refere à sua participação no Congresso da ANMP, disse ter sido útil. Mencionou a sua participação noutros dois congressos da ANMP, há muitos anos, e que os temas abordados atualmente são os mesmos, que o ponto da situação pouco evoluiu, isto é, continua-se a falar da necessidade de descentralizar, das almofadas financeiras que devem acompanhar essa transferência de atribuições e pouco mais. Comprometeu-se a ter presente a documentação do Congresso na próxima reunião com os representantes das bancadas, e em conjunto decidirão da pertinência em agendar uma ou outra matéria para uma próxima sessão da Assembleia Municipal. Entende que é importante discutir amplamente estas matérias, pelo que agradeceu a questão colocada.-----

**Interveio o Sr. Henrique da Silva Dias,** começando por prometer ser breve na sua intervenção, pois que o período de antes da ordem do dia se está a transformar na própria assembleia, que está a ser utilizado para se fazerem relatórios de coisas que já não fazem muito sentido.-----

De seguida, referiu que a lei da floresta não é de agora, já tem muitos anos, que o PSD foi poder no Concelho, e que se continuaram a plantar eucaliptos de forma desordenada em Vale de Cambra. Sabe que a Câmara Municipal está muito preocupada com este problema, que agora é mais sério. A Câmara Municipal agora vai tentar resolver. Acrescentou que, se não tivesse morrido tanta gente em Pedrógão, isto continuaria na mesma. Às vezes no poder tem-se uma visão errada das coisas e, enquanto na oposição, faz sentido encontrar um argumento qualquer no sentido de criar algumas entropias. Apelou a que não se siga esse



2018.02.26

caminho, mas que se discutam assuntos sérios, e se dê em sugestões e opiniões.

O que não viu aqui.-----

Quanto ao ciclo da água, referiu que o mesmo é um assunto importante e, que para além da barragem, há também os fontanários nas aldeias, que sendo uma preocupação também da Autarquia, é um problema de saúde pública, pois as pessoas das aldeias bebem esta água e não sabem o que estão a consumir.-----

Terminou referindo a necessidade de começar a cortar um pouco no período de antes da ordem do dia, pois discutem-se assuntos que não têm muito sentido.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o ponto n.º 3, do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal diz que este período tem a duração máxima de sessenta minutos. Considerando a interrupção para a votação do ponto um, da ordem do dia, estão dentro do *timing*, ficando, portanto, à consideração dos membros da Assembleia a achega deixada pelo Sr. Henrique Dias.-----

**Interveio a Sr.ª Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues** para esclarecer que as suas intervenções e as da sua bancada foram e, serão sempre, no sentido de colaborar com a Câmara Municipal e, também, de fiscalizá-la. Na sua anterior intervenção não encontrarão, em momento algum, qualquer tipo de acusação ou de “apontar” a esta Câmara Municipal de não estar a cumprir ou de não ir cumprir e, para que não restem dúvidas, quanto ao que quis transmitir, disponibilizou a sua intervenção ao secretariado, com o pedido de transcrição em ata e disponibilização a todos os membros. -----

Terminou solicitando uma análise racional, e não emotiva, a todas as opiniões e sugestões que aqui partilha com a Câmara Municipal. Naquela sua intervenção fez uma análise e contextualização dos factos, abordando até a opinião partilhada

2018.02.26

por todos os Autarcas, nomeadamente pela ANMP, que acha verdadeiramente difícil cumprir os prazos. -----

Compreende que o Sr. Henrique Dias esteja na oposição e, que também, tente ler nas entrelinhas, mas deixa o desafio que encontre qualquer crítica ou apontamento negativo que não seja mais do que uma sugestão ou espírito construtivo, positivo, que é o que tenta fazer, bem como a sua bancada (PSD).-----

**No uso da palavra o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, dirigindo-se também ao Sr. Henrique Dias, disse ser a primeira e última vez que tudo o que apresenta traz conteúdos e propostas. Hoje mesmo apresentou propostas concretas. Fazendo referência ao seu manifesto, lido em anterior sessão pela Dr.<sup>a</sup> Rosa Anita Conrado, disse que a sua bancada estava disposta a tudo o que fosse colaboração. Ambos gostam de Vale de Cambra, portanto, vão trabalhar por Vale de Cambra. Não pode é ser com pruridos, trarão as coisas “para cima da mesa” de forma clara, “entre amigos”, a construir e a fazer o melhor por Vale de Cambra.-----

**Interveio o Sr. Albano Oliveira Braga** fazendo referencia ao facto de fazer parte da Assembleia Municipal desde 2009, onde travou muitas lutas. Pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que conceda a tolerância de tempo que for necessária, pois quando o PSD esteve na Mesa da Assembleia quase se tinha de implorar para intervir. Solicitou que o Sr. Presidente não corte automaticamente a palavra aos membros só porque o tempo previsto para o PAOD terminou. Muitas vezes foi aqui vitima por defender o CDS, e não quer agora que o CDS corte a palavra a nenhuma das bancadas, nem a qualquer cidadão.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu, e referiu que, sendo certo que cabe à Mesa gerir o tempo, também é certo que com a colaboração e a bondade de todos vão fazê-lo sem impor nada a ninguém.-----

2018.02.26

**Usou de seguida da palavra o Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra** para informar que os eucaliptos na Estrada da Cooperativa Agrícola (dos dois lados), começam a ser cortados, em princípio, já no decorrer da próxima semana.-----

**Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, começou por referir que às questões às quais não consiga dar hoje resposta fará chegar as mesmas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

Relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Rodrigues referiu não ter encontrado nas suas palavras nenhuma crítica velada, mas algumas sugestões e alguns considerandos generalistas. Acrescentou que, desde que é Presidente da Câmara, o Município tem tido muita preocupação pela floresta, que é a maior parte do seu território, mas que durante muitos anos não houve essa preocupação de olhar a mesma com cuidado e até como uma oportunidade para o turismo e para a valorização do território. Feita a referência à legislação aplicável à gestão de combustível e suas recentes alterações, informou das medidas tomadas pela Câmara Municipal no sentido de manter a população informada - ações de sensibilização e distribuição porta-a-porta de folhetos informativos, bem como da necessidade de o voltar a fazer face a nova legislação posteriormente publicada, já a 14 de fevereiro. Agradeceu o contributo dos GIPS no trabalho de sensibilização que tem vindo a ser efetuado. Referiu o grande peso que a recente alteração à legislação faz recair sobre os Presidentes de Câmara do País. Saliu a parte social, pois há pessoas idosas que não têm meios para fazer face ao que a legislação obriga, nem familiares de proximidade que os possam ajudar a resolver o problema. Coloca, portanto, reservas quanto ao seu funcionamento na prática. Referiu a importância de aliar à gestão de combustível, a reflorestação com o povoamento de espécies autóctones, adequando à tipologia

2018.02.26

e humidade do solo, o que tem vindo a acontecer nos últimos tempos. A título de exemplo, referiu a plantação de sobreiros, medronheiros e bétulas, na Freguesia de Arões, na passada semana. Mas que, isto é apenas uma “gota no oceano”. Felicitou a Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Educação que, na altura do Natal, em vez de dar um brinquedo aos meninos ofereceu uma árvore a cada um, acompanhada de ações de sensibilização nas escolas, adequadas à idade dos alunos. Um somatório de várias ações que têm de levar a um território mais agradável, mais apetecível, mais acolhedor e diversificado, designadamente em termos turísticos. A importância económica de que se reveste o turismo nunca foi verdadeiramente tida em conta neste Concelho. Naturalmente, será um trabalho com resultados a longo prazo, no qual terá de se conjugar diversos fatores bem articulados e bem promovidos. A este respeito, referenciou diversas iniciativas que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver designadamente os Percursos Pedonais, a Rota da Água e da Pedra, o Projeto BTT, a Carta Europeia de Turismo sustentável através das Montanhas Mágicas, as Aldeias de Portugal – aldeia do Trebilhadouro e aldeia de Felgueira, e o Projeto para a Casa da Cota. Este último, acredita venha a dinamizar a parte interior do Concelho, contribuindo para a valorização da Serra da Freita e toda a sua envolvente. Referenciou ainda a requalificação de quase 160km de caminhos florestais, a boa gestão de pontos de água, o Plano Municipal de Defesa da Floresta, aprovado e com vigência de cinco anos, com um plano de ação integrado e em execução. Assegurou que tudo farão para cumprir as imposições no curto espaço de tempo concedido, mas reconhece a enorme dificuldade envolvida, o que já teve oportunidade de transmitir ao próprio Secretário de Estado. Esclareceu que, para dar cumprimento, quando as Câmaras Municipais não tenham meios humanos para dar resposta têm de recorrer à contratação, para o que têm de reunir duas condições: a existência de fundos disponíveis para o efeito e a existência de empresas no mercado que

2018.02.26

deem resposta aos procedimentos, pese embora os mesmos estejam aligeirados e excecionados por legislação. Acredita que haverá um alargamento do prazo, quer para os privados, quer para o setor público, atendendo também à chuva que se espera durante os próximos dias.-----

No que se refere às Bolsas de Estudo, solicitou à Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Educação que faça chegar a resposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Agradeceu a informação do Sr. Dr. José Soares quanto à atribuição do PME Excelência às onze empresas do Município de Vale de Cambra. Nos últimos anos, várias empresas têm sido galardoadas com esta distinção, o que abona a favor do tecido empresarial do Concelho.-----

Quanto à Proteção de Dados, lembrete que agradeceu, referiu que a Câmara Municipal está atenta a esta matéria e que tudo fará para que a legislação seja cumprida.-----

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Albano Braga, admitiu ter esquecido da informação escrita sobre o processo, mas que a fará chegar também ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Respeitante à questão colocada sobre o Porto Canal, informou que a Câmara Municipal não tem qualquer contrato direto com aquele canal, mas que há um contrato de prestação de serviço assinado pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM). Acrescentou que é um contrato de valor relativamente reduzido, que tem sido de grande benefício para os Municípios no que se refere à divulgação dos seus eventos e promoção do território. Justificou este contrato com a dificuldade de cobertura dos eventos pelos canais televisivos nacionais.-----

Relativamente ao “Aqui há futuro” respondeu não poder ainda confirmar a sua realização. Foi lançado o desafio à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que

2018.02.26

respondeu apenas a semana passada com a vontade de manter a parceria. Como o evento tem habitualmente lugar no mês de abril vão ver se será possível realizar o evento, neste curto espaço de tempo, atendendo às questões financeiras e ao *timing*.-----

No que se refere à intervenção do Sr. António Sousa, respondeu que a Câmara Municipal fez as candidaturas possíveis ao PO SEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), após o rateio nacional, Vale de Cambra foi contemplado com três milhões de euros. Teriam certamente mais para candidatar mas que o PO SEUR só financiou os municípios até àquele valor.

Sobre a Estrada de Porto Novo, referiu que após o levantamento topográfico, está agora o projeto em execução pelos serviços da Câmara Municipal.-----

A limpeza dos caminhos não é da competência da Câmara Municipal. -----

Em resposta à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Anita Conrado, referiu desconhecer a existência de uma RCD, e que a existir seria no Município de Oliveira de Azeméis, mas que a Dr.<sup>a</sup> não estaria muito bem informada pois que seja do seu conhecimento tal infraestrutura não existe nos concelhos vizinhos.-----

No que se refere à rede de água e saneamento, sonham que Vale de Cambra tenha uma rede pública que cubra o território todo, mas que tal não é expetável nos próximos quatro a seis anos, fazendo contudo votos de que esteja completamente enganado. Tratando-se de um investimento elevadíssimo seria utópico dizer às pessoas que o farão. Referiu que vão lutar para que a rede aumente, que, dentro de poucos dias, as obras relativas ao investimento de 3milhões vão começar, e que as ampliações pontuais da rede continuarão.-----

Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra quanto à Escola da Praça, obra muito digna para Macieira de Cambra. Em boa hora conseguiram, junto da Direção-Geral de Estabelecimentos

2018.02.26

Escolares, reverter a decisão da anterior Câmara de encerrar aquela escola, bem como candidatar a sua requalificação.-----

Acrescentou que já teve oportunidade de atualizar o Sr. Presidente da Junta quanto à obra de Porto Novo, cujo projeto está em execução, bem como da situação do saneamento em Lourosa, Malhundes e Cimo da Aldeia, que se espera seja uma realidade, no mais curto espaço de tempo.-----

Relativamente ao requerimento apresentado pela Bancada do PSD, na pessoa do Sr. António Augusto Almeida, respeitante a um requerimento de um anterior membro da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara disse crer que lhe foi dada resposta, mas que de qualquer forma vai verificar junto dos serviços, e se não foi efetuada farão chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

No que se refere à sua intervenção sobre o cloro, não entendeu se houve um engano por parte do Sr. António Augusto ou se o mesmo terá recebido uma informação errada, pois cumprem as indicações do ERSAR, nomeadamente quanto aos valores do cloro presente na água, um dos seus indicadores de segurança. A questão das perdas é uma preocupação. Outra grande preocupação do Município são as eventuais descargas nos recursos hídricos, o que tem originado diversas denúncias ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, para maior fiscalização. -----

Quanto ao investimento no abastecimento de água, também referido pelo Sr. António Augusto, recomendou o Sr. Presidente da Câmara a leitura da informação municipal na parte da DSUOM (Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais), nomeadamente as intervenções efetuadas ao nível do controlo da água, manutenção de reservatórios de água (que estavam muito degradados) e seus equipamentos.-----

2018.02.26

Sobre a intervenção do Sr. Albino Almeida, referiu que a máscara dos taludes da Zona Industrial está efetivamente em mau estado, que foi aberto procedimento para a sua regularização mas que o mesmo ficou deserto, pelo que terá de ser aberto novo procedimento para o efeito.-----

Quanto às vias, Porto Novo já foi respondido, e quanto à via Viadal - Passo de Mato informou o Sr. Presidente que a mesma está inventariada e orçamentada e que, logo que exista possibilidade financeira, será executada.-----

No que se refere às raízes das árvores que estão a degradar o pavimento na Rua da Cooperativa, agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia o facto e a informação prestada.-----

Em relação à estrada da Senhora da Saúde, logo que existam condições financeiras, terão de pensar seriamente neste assunto, pois o Parque da Senhora da Saúde é um dos ex-libris do Concelho, no que diz respeito ao turismo religioso e quantidade de pessoas que rumam ali.-----

Quanto ao Congresso da ANMP referiu que não diria melhor que as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pois tendo participado em vários, pode dizer-se “muita parra pouca uva”, muitos considerandos e muitas intenções. Mais que, há muita abordagem à descentralização, no alinhamento da política defendida pelo Governo, mas que deveria haver uma preocupação real dos Municípios em não aceitar tudo aquilo que os Governos não querem e que são encargos para os Municípios, à semelhança do que agora acontece com a gestão de combustível nas florestas, que muito se fala nos cinquenta milhões, mas que não há nenhum organismo do Estado que saiba dizer onde estão. Vale de Cambra quer aceder a estes e não os encontra. Acredita que quando estiverem disponíveis, sejam colocadas diversas condicionantes que impedirão muitos Municípios de aceder a essa linha de crédito. Sendo certo que muitos Município



2018.02.26

terão mesmo de recorrer a essa linha para cobrir as despesas com a gestão de combustível, por não terem fundos disponíveis sequer para honrar os seus compromissos, quanto mais para se substituírem aos privados nesta questão.-----

**Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à Ordem do dia, e ponto número dois, uma vez que o ponto um foi já analisado e votado, conforme oportunamente se fez referência.-----**

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação da informação escrita, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 16 de fevereiro de 2018, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre 20 de novembro de 2017 e 6 de fevereiro de 2018.-----**

**O Sr. Presidente da Câmara referiu-se à clara e exaustiva descrição da atividade municipal, dispondo-se a esclarecer eventuais questões adicionais.-----**

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de 16 de fevereiro de 2018.-----**

**Retirou-se da sessão o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, atendendo a que é Administrador de uma das empresas beneficiárias do RERAE.-----**

**3. ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL | RERAE (REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS)**

2018.02.26

**– deliberação da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2018: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** iniciou a apreciação do assunto em título, remetido por deliberação da Câmara Municipal de 30 de janeiro que, após o cumprimento do período de participação pública, aprovou a alteração ao Plano Diretor Municipal, nos termos da informação técnica de 25 de janeiro de 2018.-----

Encontra-se presente o respetivo processo, composto por diversa cartografia, designadamente: Área de intervenção 1 e Área de intervenção 3 – Plantas de Ordenamento, à Escala 1:10 000 para a situação existente e para a proposta de alteração; Áreas de intervenção 2, 4, 5 e 6 – Plantas de Ordenamento, à Escala 1:10 000 para a situação existente e para a proposta de alteração e Plantas de Condicionantes, à Escala 1:10 000, para a situação existente e para a proposta de alteração; bem como oito Plantas (quatro Plantas de Ordenamento e quatro Plantas de Condicionantes), de maior dimensão, também à escala 1/10 000, que permitem ver o enquadramento de cada uma das Áreas de intervenção acima mencionadas.-----

**No uso da palavra o Sr. vereador do pelouro, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes,** após cumprimentar os presentes, esclareceu que o processo se iniciou no mandato anterior, e que tem que ver com a regularização das atividades económicas, ao abrigo de um regime excecional disponibilizado para as empresas que estivessem em inconformidade com o Plano Diretor Municipal, dada a necessidade de expansão, face ao crescimento da empresa. As empresas instruíram os processos junto da Câmara Municipal, tendo a Assembleia Municipal declarado o interesse municipal na ampliação das suas infraestruturas. Várias Entidades foram ouvidas, designadamente a CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) e o Ministério da Agricultura. Procedimento relativamente rápido, que o governo permitiu fazer através da

2018.02.26

coordenação da Câmara. Esta deliberação é o culminar do processo, em que as manchas são apresentadas, e com esta alteração ao PDM ficam assim regularizadas as situações em causa.-----

**No uso da palavra o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida** referiu ficar satisfeito com esta regularização, pois o bem estar legal das empresas é, também, o bem estar da população de Vale de Cambra, que faz parte desta empresa, como operários, como donos, etc. Informou que o seu voto é favorável, contudo, gostaria de saber quais os pontos mais relevantes que tiveram de ser resolvidos através desta regularização, informação que não se importa lhe seja disponibilizado posteriormente.-----

**O senhor vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes** respondeu que as empresas estavam em área florestal, ou reserva agrícola, e portanto a situação era agora passível de ser regularizada, pelo que foram ouvidos o Ministério da Agricultura e o ICNF, cujos pareceres constam dos respetivos processos.-----

**Retomando a palavra o Sr. António Augusto Almeida,** disse que tem muita experiência nesta área, pelo que gostaria de confrontar aquilo que conhece com aquilo que necessitaram fazer, por forma a atualizar elementos, mas que tal poderá ser visto posteriormente, por forma a não estar a maçar a Assembleia. ----

**Ao abrigo do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, a Assembleia Municipal deliberou,** por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção (do membro independente, Albano Oliveira Braga), aprovar a alteração ao Plano Diretor Municipal de Vale de Cambra, no âmbito do RERAE (Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas), nos termos e condições da proposta da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2018.-----

2018.02.26

**Declaração de voto do Sr. Albano Oliveira Braga:** “Não tendo como princípio a minha oposição total a esta matéria, mas como tenho algumas reservas nalguns pontos, abstenho-me neste ponto.”-----

**Reentrou na sessão o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida.**-----

**4. ADESÃO À ANAM (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS):** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu o assunto em epígrafe, no seguimento do convite para adesão à ANAM e participação no 2.º Encontro Nacional de Presidentes da Assembleia Municipal, formulado através da s/ comunicação datada de 14 de fevereiro de 2018, pela qual junta cópia dos seguintes documentos, presentes para apreciação: Comunicação de 07.06.2017, relativa à “Escritura pública da alteração de estatutos da ANAM, reuniões Pública da alteração dos Estatutos da ANAM”; Convite de adesão remetido à CM datado de 07.06.2017; Sugestão de procedimento para votação; Atribuição de quotas para 2017; e Visto prévio do Tribunal de Contas face à ANAM – Breves notas de um enquadramento legal.-----

**Enquadrado o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia,** apresentou a sua proposta à Assembleia Municipal, devidamente fundamentada, conforme documento que se apensa à ata (Pasta “Documentos da sessão”).-----

Acrescentou o Sr. Presidente que as Assembleias Municipais devem ser repensadas, pois que com este quadro legal não faz muito sentido. Por exemplo, entende não fazer sentido que uma Assembleia Municipal queira fazer o seu trabalho de fiscalizadora da Câmara Municipal, tendo para o efeito que se socorrer dos trabalhadores da própria Câmara, que fizeram os planos que estão a fiscalizar. Também, não fará sentido ter um quadro próprio, porque hoje há “toda uma teia fiscalizadora” que confina a Assembleia a funções distintas do que era

2018.02.26

habitual, mas que o quadro não se alterou muito, pelo que, ou se avança ou se recua. -----

**Interveio o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida** referindo concordar com a apreciação do Sr. Presidente da Assembleia, designadamente sobre a ANMP. Acrescentou que, em tempos, fez parte da Assembleia Distrital de Aveiro e que, de facto, naqueles moldes não vale a pena funcionar, que deveria evoluir para as linhas necessárias de apoio à gestão da Câmara Municipal, no sentido de se deliberar, dentre propostas que cada um traz, aquela que seja a melhor para o Concelho. O que não impede que o Sr. Presidente da Assembleia participe naquele Encontro de Presidentes de Assembleia Municipal e traga a informação, por forma a ser apresentada uma proposta, no sentido da melhoria.---

**O Sr. Albano Oliveira Braga** disse concordar com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia. Acrescentando, no entanto, a necessidade de coerência nas palavras que proferem, pois que estão ali hoje essencialmente para votar o ponto 1 da ordem do dia, a eleição que hoje teria de ser feita, para um órgão da Área Metropolitana. Isto é, para substituir uma pessoa, quantas dezenas ou milhares de euros foram, gastos, hoje, nos dezassete Municípios que integram a Área Metropolitana do Porto. Há pouco, tanto o Sr. Presidente da Assembleia, como o Sr. Presidente da Câmara, bem como a bancada do PSD, referiram que os problemas são recorrentes e aquilo que se dizia há 20 anos, continua a ser a mesma coisa. Alertou para os custos elevados da realização dos Congressos da ANMP, versus o resultado para o País, para o bem comum, que considera ser equivalente a zero.-----

Portanto, entende que o Sr. Presidente deve ir ao Encontro e só depois se deve analisar se vale a pena a adesão à ANAM, sendo que, em princípio, é contra a mesma.-----

2018.02.26

**No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida** referiu que este tipo de associações podem ter dois objetivos fundamentais, sendo um deles de representação das suas instituições, no desempenho de um papel reivindicativo e de participação institucional, como fazem a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e, no caso concreto destas entidades, entende que é importante desempenhar esse papel pois estamos perante a representação de órgãos que são executivos. Já no caso da Assembleia, tratando-se de um órgão colegial, tem dúvidas que daí se ponha tirar algum benefício. Um segundo objetivo decorre do que se pode beneficiar em termos de apoio técnico. Quanto a este, num passado em que não se dispunha dos meios tecnológicos que hoje estão ao dispor, tal poderia ser útil, mas nos dias de hoje não vê tanto essa utilidade subsista, atendendo aos meios atualmente disponíveis designadamente eletrónicos e a internet. Entende que o Sr. Presidente da Assembleia deve participar no Encontro e depois dar conta das vantagens e desvantagens de ser membro da ANAM, para posterior decisão quanto a uma eventual adesão.-----

**DELIBERAÇÃO:** -----

Considerando que,-----

1. A Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) é uma associação de direito privado, constituída a 7 de maio de 2016;-----
2. A ANAM tem por objeto a valorização do *“papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeitos estudos, seminários, congressos e publicações”*, conforme disposto no n.º 1, do artigo 2.º dos seus Estatutos;-
3. Nos termos do preconizado pelo artigo 3.º dos Estatutos da ANAM *“são associados da ANAM os municípios, representados pelos respetivos*

2018.02.26

*presidentes de assembleia municipal, cujas assembleias municipais hajam deliberado a sua adesão a esta associação”;*-----

4. As comunicações da ANAM de 07.06.2017 e de 14.02.2018, expressam a vontade de adesão do Município de Vale de Cambra à ANAM;-----

5. Nos termos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal *“pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município”;*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e sete membros presentes, considerar de interesse a participação do seu Presidente no 2.º Encontro Nacional de Presidentes da Assembleia Municipal, e que o mesmo reporte em próxima sessão as considerações que sobre o assunto considerar pertinentes, essencialmente no que concerne à utilidade da eventual adesão, ou não, à ANAM, a fim de que, então, esta Assembleia Municipal possa, caso assim o entenda, recomendar à Câmara Municipal a participação do Município de Vale de Cambra na Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), reunidas que sejam as necessárias condições orçamentais e financeiras e observados os procedimentos para o efeito necessários.-----

**5. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e sete membros presentes, elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando o seu respetivo teor.-----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Não se registaram intervenções por não haver público inscrito.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** solicitou a palavra para prestar mais uma informação, a saber que a Estradas de Portugal (EP) comunicou que a obra de requalificação da ER 227

